

Egon Bockmann Moreira

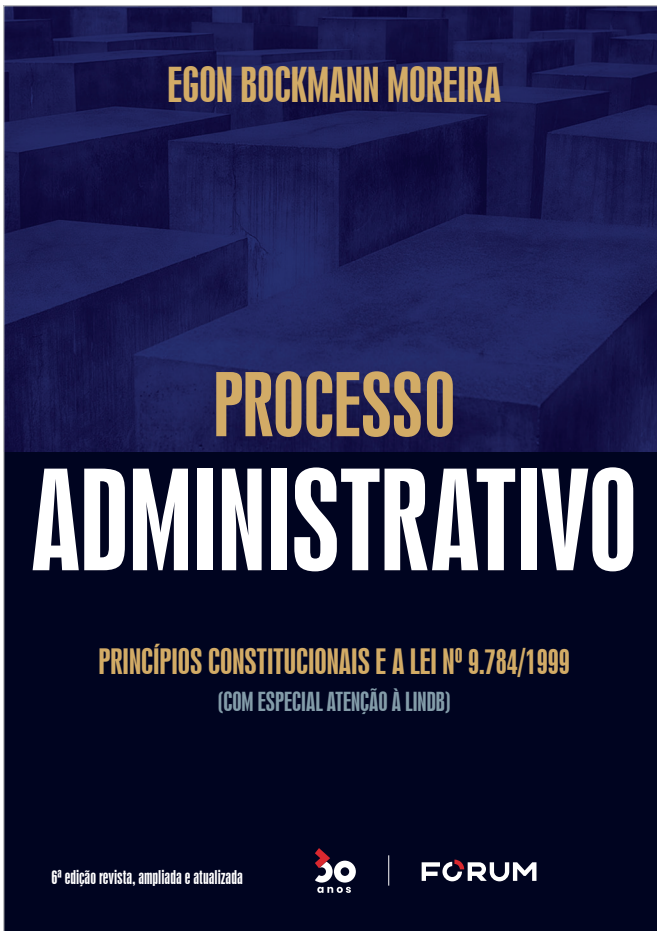
**PROCESSO
ADMINISTRATIVO**
Princípios constitucionais e a
Lei nº 9.784/1999 (com especial
atenção à LINDB)

6ª edição revista, ampliada e atualizada

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins
TEORIA DO PROCESSO.
DIREITO CONSTITUCIONAL.

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 10003364



O processo administrativo confirmou-se como um dos temas mais importantes do Direito Administrativo brasileiro. Previsto expressamente na Constituição, ele regula parte significativa da convivência das pessoas com o Estado. O mesmo se diga da Lei nº 9.784/1999, que define o funcionamento da Administração Pública e, em especial, o seu relacionamento processual com as pessoas privadas. Daí a importância de estudarmos o processo administrativo com os olhos no cidadão e seus direitos e garantias.

Esta 6ª edição vem inteiramente revisada, ampliada e atualizada, atenta à jurisprudência dos Tribunais Superiores, com especial destaque para as inovações da Lei nº 13.655/2018 – que acrescentou dispositivos de Direito Público à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB. Igualmente, analisa a “decisão coordenada” (Lei nº 14.210/2021).

O livro é indispensável para o estudo e prática do atual processo administrativo brasileiro.

M838p	Moreira, Egon Bockmann Processo Administrativo: princípios constitucionais e a Lei nº 9.784/1999 (com especial atenção à LINDB) / Egon Bockmann Moreira. - 6. ed. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 365 p. ; 17cm x 24cm. ISBN: 978-65-5518-421-1 1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Teoria do Processo. 4. Direito Constitucional. I. Título.	CDD: 341.3 CDU: 342.9
2022-1761		

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOREIRA, Egon Bockmann. *Processo Administrativo: princípios constitucionais e a Lei nº 9.784/1999 (com especial atenção à LINDB)*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 365 p. ISBN 978-65-5518-421-1

Egon Bockmann Moreira

Professor associado IV de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR (graduação, mestrado e doutorado).

Mestre e doutor em Direito pela UFPR. Pós-graduado em Regulação Econômica e Concorrência (CEDIPRE – Universidade de Coimbra) e em Mediação (*PON – Harvard Law School e Strauss Institute – Pepperdine Law School*). Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Direito Econômico – NUPEDE/PPGD-UFPR. Foi professor visitante nos programas de pós-graduação, mestrado e doutorado da Universidade de Lisboa, da Faculdade de Direito da USP e da Escola de Direito da FGV-RJ.

Associado ao Instituto dos Advogados do Paraná (IAP) e ao Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), é membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas (APLJ).

Advogado, parecerista e árbitro, publicou mais de 30 livros jurídicos, bem como mais de 200 artigos em revistas acadêmicas e obras coletivas.

É diretor da *Revista de Direito Público da Economia – RDPE* e o realizador do *Podcast Aula de Amanhã*. Igualmente, integra a coluna *Publicistas*, do site JOTA.

CAPÍTULO I	
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO II	
CONDIÇÕES GERAIS ESTIPULATIVAS	19
1 Relação administrativa e exercício de função administrativa	19
1.1 O conceito de relação administrativa.....	20
1.2 Atividade administrativa e finalidade legal.....	23
1.3 O conceito de função em Direito Administrativo	24
1.4 Conclusão.....	26
2 Processo administrativo. Seu regime jurídico	27
2.1 O conceito jurídico de processo	27
2.1.1 Autonomia da relação jurídico-processual	28
2.1.2 Processo e procedimento	31
2.2 Processo administrativo. Por que não “procedimento administrativo”.....	32
2.2.1 Função administrativa, relação de administração e processo	32
2.2.2 Processo ou procedimento administrativo?.....	34
2.2.3 Ainda a divergência. A evolução legislativa.....	34
2.2.4 A doutrina nacional e a defesa do termo “procedimento”	35
2.2.4.1 O pensamento de Carlos Ari Sundfeld.....	35
2.2.4.2 O pensamento de Lúcia Valle Figueiredo	37
2.2.4.3 O pensamento de Marçal Justen Filho.....	39
2.2.5 Conclusão. Processo administrativo, não procedimento.....	45
2.3 Processo administrativo. A falsa confusão com “atos complexos” e “atos coletivos”	46
2.3.1 Processo administrativo e ato administrativo complexo	46
2.3.2 Processo administrativo e ato administrativo coletivo	48
3 Processo administrativo. Instrumento de garantia e efetivação de direitos	49
4 As dimensões do processo administrativo: individuais, coletivos e de cidadania.....	50
5 O Código de Processo Civil/2015 e sua aplicação no processo administrativo.	55
6 A Nova Lei de Introdução e sua aplicação no processo administrativo	65
7 Conclusões preliminares.....	68
CAPÍTULO III	
O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO DIREITO BRASILEIRO – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E A LEI Nº 9.784/1999	71
1 Processo administrativo e princípios constitucionais	71
2 Princípios constitucionais de Direito Administrativo e sua pertinência com o processo administrativo num Estado Democrático de Direito	73
2.1 Direito administrativo e o princípio do Estado Democrático de Direito	74
2.2 Princípio do Estado Democrático de Direito e o processo administrativo	76
2.3 Princípio da legalidade (proporcionalidade, razoabilidade)	80
2.3.1 Princípio da legalidade e a Lei nº 9.784/1999.....	83
2.3.2 Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade	85
2.3.3 O processo administrativo, a Lei nº 9.784/1999 e os princípios da legalidade, proporcionalidade e razoabilidade	89
2.4 Princípio da isonomia	90
2.4.1 Processo administrativo e o princípio da isonomia.....	92
2.5 Princípio da moralidade (boa-fé e imparcialidade).....	96
2.5.1 Princípio da moralidade. Definição e efeitos.....	99
2.5.2 Princípio da moralidade, anulação, convalidação e a Lei nº 9.784/1999.....	101
2.5.3 Princípio da moralidade, sua violação e o dever de anulação	104
2.5.4 O processo administrativo, a Lei nº 9.784/1999 e o princípio da moralidade....	108

2.5.5	Princípio da moralidade, boa-fé e processo administrativo.....	109
2.5.6	Princípio da moralidade, imparcialidade e processo administrativo.....	113
2.6	Princípio da publicidade.....	117
2.6.1	Princípio da publicidade e sua importância no processo administrativo.....	118
2.6.2	Princípio da publicidade e a Constituição da República.....	119
2.6.3	Princípio da publicidade. Noção e limites.....	130
2.6.4	Princípio da publicidade, a Lei nº 9.784/1999 e o Código de Processo Civil/2015.....	131
2.7	Princípio da responsabilidade objetiva.....	132
2.7.1	Limites da responsabilidade objetiva.....	133
2.7.2	Responsabilidade objetiva como dever administrativo.....	134
2.7.3	Responsabilidade objetiva e os titulares do dever de indenizar.....	137
2.7.4	Responsabilidade objetiva. Atos lícitos e ilícitos.....	141
2.7.5	Responsabilidade objetiva. Atos comissivos e omissivos.....	141
2.7.6	Responsabilidade objetiva, processo administrativo, a Lei nº 9.784/1999 e o Código de Processo Civil/2015.....	149
2.8	Princípio da eficiência.....	153
2.8.1	Evolução histórica do princípio constitucional da eficiência no Direito brasileiro.....	154
2.8.2	Exame extrajurídico do princípio constitucional da eficiência no Direito brasileiro.....	157
2.8.3	Regras para a interpretação positiva do princípio constitucional da eficiência.....	160
2.8.4	Princípios de Direito Comparado.....	161
2.8.4.1	Direito espanhol e o “princípio da eficácia”.....	162
2.8.4.2	Direito italiano e o “princípio do bom andamento”.....	165
2.8.4.3	Direito português e o “princípio da eficiência” (ou “princípio da desburocratização”).....	167
2.8.5	A doutrina brasileira e o princípio constitucional da eficiência.....	169
2.8.6	Definição e limites do princípio constitucional da eficiência.....	173
2.8.7	O princípio da eficiência, o processo administrativo, a Lei nº 9.784/1999 e o Código de Processo Civil/2015.....	176
2.8.8	Princípio da eficiência e a “decisão coordenada”.....	189
2.8.9	Princípio da eficiência. Conclusão.....	191

CAPÍTULO IV

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS *STRICTO SENSU* E A

LEI Nº 9.784/1999.....	193	
1	Introdução.....	193
2	Princípio do devido processo legal.....	196
2.1	Introdução à importância e evolução histórica da cláusula “due process of law” na Inglaterra e nos Estados Unidos da América do Norte.....	197
2.1.1	Origem e evolução do devido processo legal na Inglaterra.....	199
2.1.2	Origem do devido processo legal nos Estados Unidos da América do Norte... ..	202
2.1.3	Evolução histórica do devido processo legal substantivo nos Estados Unidos da América do Norte.....	206
2.1.4	Concepção atual do devido processo legal nos Estados Unidos da América do Norte.....	210
2.1.5	Conclusão.....	212
2.2	A cláusula do devido processo legal em outros Países.....	213
2.2.1	O devido processo legal em Portugal.....	213
2.2.2	O devido processo legal na Itália.....	214
2.2.3	O devido processo legal na Espanha.....	216
2.2.4	O devido processo legal em França.....	217
2.2.5	O devido processo legal na Argentina.....	219
2.2.6	O devido processo legal no México.....	221
2.2.7	O devido processo legal no Uruguai.....	221
2.2.8	O devido processo legal na Alemanha.....	222
2.3	O Direito Administrativo brasileiro e a cláusula do devido processo legal na visão da doutrina.....	223
2.3.1	O pensamento de San Tiago Dantas.....	224
2.3.2	O pensamento de José Frederico Marques.....	225

2.3.3	O pensamento de Ada Pellegrini Grinover.....	226
2.3.4	O pensamento de José Celso de Mello Filho.....	227
2.3.5	O pensamento de J. J. Calmon de Passos	229
2.3.6	O pensamento de Carlos Ari Sundfeld.....	230
2.3.7	O pensamento de Carlos Roberto de Siqueira Castro	230
2.3.8	O pensamento de Rogério Lauria Tucci e José Rogério Cruz e Tucci	231
2.3.9	O pensamento de Lúcia Valle Figueiredo	232
2.3.10	O pensamento de Carlos Mário da Silva Velloso	234
2.3.11	O pensamento de Nelson Nery Jr.....	234
2.3.12	O pensamento de Celso Antônio Bandeira de Mello	235
2.3.13	O pensamento de Cármen Lúcia Antunes Rocha	236
2.3.14	Conclusão.....	237
2.4	O devido processo legal, o processo administrativo e a Lei nº 9.784/1999.....	238
2.4.1	Autonomia do devido processo legal. Premissas hermenêuticas.....	238
2.4.2	Esboço de uma definição do devido processo legal	240
2.4.3	Devido processo legal. Aspectos “processual” e “substancial”	240
2.4.4	O devido “processo” legal.....	241
2.4.5	O “devido” processo legal.....	244
2.4.6	O devido processo “legal”	246
2.4.7	A proteção à “liberdade” e aos “bens”	247
2.4.8	Devido processo legal. Limites de atuação	250
2.4.9	Devido processo legal e a aplicação da Lei nº 9.784/1999	252
3	Processo administrativo, princípio do contraditório, a Lei nº 9.784/1999 e o Código de Processo Civil/2015.....	254
3.1	Princípio do contraditório e Estado Democrático de Direito.....	255
3.2	Princípio do contraditório e igualdade processual.....	256
3.3	Evolução do princípio do contraditório	258
3.4	Princípio do contraditório e a concepção atual do processo administrativo.....	261
3.5	Princípio do contraditório, instrução do processo e a Lei nº 9.784/1999	263
3.6	Princípio do contraditório, providências acauteladoras, a Lei nº 9.784/1999 e o Código de Processo Civil/2015 (antecipação de tutela)	270
4	Princípio da ampla defesa, a Lei nº 9.784/1999 e o processo administrativo	274
4.1	Princípio da ampla defesa e princípio do Estado Democrático de Direito	276
4.2	Princípio da ampla defesa, processo administrativo, defesa “indireta” e defesa “direta”.....	277
4.3	Princípio da ampla defesa, processo administrativo e o direito a provas.....	301
4.3.1	Processo administrativo e a “prova emprestada”	304
4.3.2	Processo administrativo e a “verdade sabida”	306
4.3.3	Processo administrativo e a “prova ilícita”	308
4.4	Princípio da ampla defesa, processo administrativo e a defesa técnica	311
4.5	Princípio da ampla defesa, processo administrativo e o princípio da motivação.....	313
4.6	Princípio da ampla defesa, processo administrativo e o direito a recursos.....	315
CAPÍTULO V		
CONCLUSÕES		321
REFERÊNCIAS.....		325
ANEXO		
LEI Nº 9.784 , DE 29 DE JANEIRO DE 1999.....		349
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....		363